Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em 12/04/2016
Protocolo

INDICAÇÃO Nº 374 DE 2016.
(Autor: Vereador Pedro Martendal/PV)

Excelentíssimo Senhor Presidente.

O Vereador Pedro Martendal, em conformidade com o art. 116 do Regimento Interno desta Casa de Leis, propõe, depois de lido no pequeno expediente da Sessão Ordinária, seja encaminhada esta Indicação ao Poder Executivo Municipal, perante a Secretaria de Meio Ambiente, solicitando poda de árvores na Rua Pará entre a Rua Afonso Pena e Rua Riachuelo no Centro.

É a indicação. Sala de Sessões.
Cascavel, 12 de abril de 2016.

Pedro Martendal
Vereador/PV

Justificativa,

Em contato com moradores e munícipes que ali transitam, relataram que árvores estão com galhos muito baixos, próximos demais da calçada e avançando pela rua.

Os galhos atrapalham, principalmente, o tráfego de furgões, pois compromete a visão, fato este que pode ocasionar acidentes, colocando a vida dos Munícipes em risco.

O artigo 37, caput, da Constituição Federal determina:

> "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

Ou seja, a manutenção de vias públicas deve satisfazer os cidadãos do Município. Deixar esses galhos sem poda pode causar sérios acidentes automobilísticos, ensejando a responsabilidade do Município, conforme dispõe o inciso XXII, § 6º, do artigo 37 da Constituição Federal, vejamos:

> "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

Dessa forma, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, em caso de omissão a responsabilidade da Administração Pública está assentada na ocorrência de dois pressupostos: a falta do serviço que incumbia ao ente público realizar e a culpa por não haver realizado, sendo assim, demonstrando por meio de prova documental que os danos causados foram provocados por falta de visibilidade decorrente de galhos na rua, tem o cidadão direito à indenização.

Por este motivo é necessário providências, portanto, contamos com a atenção especial do Poder Executivo para esta indicação.